



Número: **0800232-29.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **14/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 10.125,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE (AUTOR)		GERSON LUCIANO SANTOS NETTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18638901	14/01/2019 20:25	Petição Inicial	Petição Inicial
18638916	14/01/2019 20:25	Petição Inicial	Outros Documentos
18638917	14/01/2019 20:25	Procuração e Contrato	Procuração
18638919	14/01/2019 20:25	Doc. Médica (1)	Outros Documentos
18638920	14/01/2019 20:25	Doc. Médica (2)	Outros Documentos
18638921	14/01/2019 20:25	Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação
18638923	14/01/2019 20:25	Doc. Médica (3)	Outros Documentos
18638928	14/01/2019 20:25	Doc. Médica (4)	Outros Documentos
18638931	14/01/2019 20:25	Assinado BO e Comp. de Pag. Administrativo-otimizado 1	Outros Documentos
18647999	17/01/2019 16:08	Despacho	Despacho
19947799	20/03/2019 22:33	Petição	Petição
19947819	20/03/2019 22:33	Petição	Outros Documentos
19947823	20/03/2019 22:33	Declaração de Residência	Outros Documentos
20616080	23/04/2019 14:40	Despacho	Despacho
21557934	29/05/2019 15:05	Despacho	Despacho
22005983	13/06/2019 18:37	Petição	Petição
22005991	13/06/2019 18:37	Petição de juntada	Outros Documentos
22005992	13/06/2019 18:37	GuiaCustas	Outros Documentos
23846635	07/10/2019 17:31	Despacho	Despacho

26206 978	13/11/2019 16:53	Despacho	Despacho
28237 721	12/02/2020 17:32	Despacho	Despacho

Petição Inicial em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CIVIL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.**

MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE, brasileiro, casado, serviços gerais, portador do RG de nº 1.281.317- SSP/PB, e CPF de nº: 646.448.124-04, residente e domiciliado na Rua Maria Ferreira Leite, nº 50 A, Bairro: Mangeira na cidade de João Pessoa/PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com endereço profissional localizado no endereço que consta no rodapé desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

COMPLEMENTO

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.205, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.





DOS FATOS E DOS DIREITOS

A Autor foi vítima de acidente automobilístico dia 26/06/2018, quando foi atropelado pelo veículo CLIO, de cor branca, placas não se recorda, quando trafegava na sua motocicleta Honda POP 100, ano 2014, cor vermelha, placa QFD-8215/PB, vindo a cair ao solo e sofrido lesões graves, sendo socorrido o pelo SAMU e encaminhado ao Complexo Hospitalar de Mangabeira, conforme descrito em prontuário medico, atestado medico e no Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes ao Autor, tais **FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO E, E FRATURA DA TÍBIA ESQUERDA, CID S 52.5 E CID S 82.1 , ONDE FOI SUBMETIDO A CIRURGIA DE OSTEOSSÍNTESE PARA FIXAÇÃO (PLACAS/PINOS/PARAFUSOS)**, o que sem duvidas resultou no comprometendo total do membro, conforme se observa nos laudos médicos acostados aos autos e pericia a ser realizada.

Acontece que a parte autora, buscou seus direitos pela via administrativa, recebendo um valor irrisório de **R\$ 3.375,00 (TRÊS MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)**, conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional/invalidez dos membros supramencionado corresponde ao valor Máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, descrita em lei especial.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez





permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometeram e o registro de ocorrência no órgão policial competente, **estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:**

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA

340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao





seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Toda via é indiscutível a especificação da % da perda dentro da tabela da Lei 11.482/2007, devido a quantificação de perda seja ela parcial ou total, pois quem possui aptidão e capacidade técnica para tal é um médico com especialidade em ortopedia para quantificar a lesão e sua invalidez permanente, devido o autor não possui capacidade econômica para arcar com tais despesas, motivo pelo qual requer a perícia judicial para resguardar direito do autor de acesso à justiça conforme prevê a Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, XXXV : “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, a complementação do pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor de R\$ 10.125,00 (DEZ MIL, CENTO E VINTE E CINCO REAIS) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- Que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;





03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;

04- Seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

05- Com fundamento no Art. 246, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);

06- Seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- Não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;

08- Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já se encontram em anexo;

09 – **Requer a produção de prova pericial**, oficiando o NUMOL/PERITO a ser nomeado por V. Excelência, visto que tal exame se torna imprescindível para o julgamento da presente demanda;

10 – Requer que a parte Ré anexe o processo administrativo, fazendo juntar ao caderno processual boletim de ocorrência original entregue na abertura do sinistro, por esta em poderes da Seguradora Líder.

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor **R\$ 10.125,00 (DEZ MIL, CENTO E VINTE E CINCO REAIS)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa - PB, em 14 de Janeiro de 2019

GERSON LUCIANO SANTOS NETTO
- Advogado - OAB/PB 24.614





QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):_____

_____.

4) EXISTEM _____ SEQUELAS _____ RESIDUAIS?:

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, _____ OU, _____ GRAVE?:

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.

(assinatura – carimbo – CRM)





PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

OUTORGANTE: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE, brasileiro, Casado, Serviços Gerais, portador da Cédula de Identidade nº: 1.281.317 SSP/PB, inscrito no CPF nº: 646.448.124-04, residente e domiciliado na Rua Maria Ferreira Leite Nº 50-A-Mangabeira, João Pessoa/PB, CEP: 58059-706.

OUTORGADO: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB sob o nº 24.614, com endereço profissional na Rua: Prof.^a Corina Maria Rabelo, nº 28 José Américo de Almeida, na Cidade de João Pessoa/PB, Fone: (83) 986434993.

PODERES: Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos do Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art. 5º, § 2º da Lei nº 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei n.º 1.060/50, declara que é pobre na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

João Pessoa/PB, 07 de Dezembro de 2018.


Outorgante/Declarante



CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATANTE: **MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE**, brasileiro, Casado, Serviços Gerais, portador da Cédula de Identidade nº: 1.281.317 SSP/PB, inscrito no CPF nº: 646.448.124-04, residente e domiciliado na Rua Maria Ferreira Leite Nº 50-A-Mangabeira, João Pessoa/PB, CEP: 58059-706

CONTRATADO: **GERSON LUCIANO SANTOS NETTO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na **OAB/PB sob o nº 24.614**, com endereço profissional na Rua: Prof.^a Corina Maria Rabelo, nº 28 José Américo de Almeida, na Cidade de João Pessoa/PB, Fone: (83) 986434993.

CLÁUSULA 1. O presente contrato traz regras no que tange à prestação de serviços advocatícios.

CLÁUSULA 2. É de responsabilidade do contratante o pagamento de custas, despesas processuais, perícias e demais serviços cobrados na Justiça.

CLÁUSULA 3. A representação dar-se-á até a última instância jurídica no país, conforme consta na procuração nos autos.

CLÁUSULA 4. Pelo serviço prestado fica acordado entre as partes o valor de **30% (trinta por cento)** sobre a decisão judicial ou acordo judicial ou extrajudicial, no tocante a Ação de Indenização por Acidente de Trânsito.

CLÁUSULA 5. Em caso de desistência ou renúncia por alguma das partes obrigatoriamente deverá ocorrer o aviso expresso com antecedência mínima de trinta dias, devendo a parte desistente arcar com multa de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

CLÁUSULA 6. Em caso de conflito entre as partes fica eleito o foro da localidade da assinatura do contrato.

João Pessoa 07 de Dezembro de 2018

Contratante: *Marcos dos Santos Alexandre*

Contratado: _____

Testemunha: _____





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-401
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 809/011, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2114593, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE** idade 50 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Colisão carro x moto)** no dia 26/06/2018, na Av. Guarabira, Bairro: Manaíra - João Pessoa - aproximadamente às 12:15 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Complexo Hospitalar Tarcisio Burity (Ortotrauma - Mangabeira).

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.



João Pessoa, 06 de Setembro de 2018.

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico
CRE/5ª Região: 10171

Jefferson da Rocha Augusto
Matrícula: 67.155-6
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - CEP: 58053-900 - João Pessoa - PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N.
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 139821 Atd: Nao Regulad
Data: 26/06/2018
Hora: 13:33:53
Recepcionista: MARIA HELENA R. ALEXAN
Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE Num. de vezes atendido: 1
CNS: 898002700496649 Sexo: M IDENTIDADE: 1281317 Fone: 988550372
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 27/11/1968 Id: 49 ano(s)
End.: RUA NAO INFORMADA, 000

Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: GERALDA DOS SANTOS ALEXANDRE Pai: JOSE ANTONIO ALEXANDRE

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: SERVICOS GERAIS (SEXO MASCULINO)

Estado Civil: CASADO(A)

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: PRIMARIO COMPLETO

Resp.: ESPOSA/ANA PAULA SANTOS DE LIMA

Tel/Doc. Responsavel: 000 / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: RUA

FATURADO

VISTO

Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: COL.CARRO/MOTO AS 12H NA AV.GUARABIRA EM MANAIRA

Vitima de violência por: NA HORA DO ALMOCO(COND.ANA EMILIA) CONDUTOR

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:

FC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave

[] Politraumatizado [] Convulsao

[] Hemorragia [] Dispneia

[] Diarreia [] Agitado

[] Regular [] Chocado

[] Vômito

Observacao

Queixa Principal

PACIENTE VITIMA DE COLISAO MOTO X CARRO NEGA
VÔMITO E DESMAIO

27 NOV. 2018

PROTOCOLO

AS JOAO PESSOA

HISTORIA - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

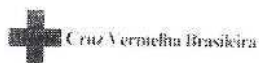
PACIENTE COM HISTORIA DE COLISAO MOTO X CARRO, REVELA-
VIDO PELO SAMU, COM COLAPSO CERVICAL E BOM PRONTO, RUEDAS,
CONSEQUENTE, ORIENTADO, SUPINEO, GABEOL=15. NEGA DESMAIO,
VÔMITO E CERVICALGIA. SUGERIDA- 20 LB POR NO JOELHO ESQUERDO E
PUNHO ESQUERDO. ABD: FLEXO, INDOLENT, SEM SINAIS DE PERITO-
NITE, PELVE ESTAVEL. REGIO CERVICAL: INDOLENT, SEM CERVICALGIA,
SEM ADORMECIMENTO.

Prescricao

Dr. Wagner Junior P. Leite
Médico Residente
Clínica Geral
CRM-128 7270

CONVITA: 1) SUGERIDA PUNHO ESQUERDO
2) SUGERIDA JOELHO ESQUERDO E PUNHO ESQ.
3) ACTA DA CIRURGIA GERAL





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1090773



Identificação do paciente

ID 1301159	Nome MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE	Sexo Masculino
Data de nascimento 27/11/1968	Idade 49 anos 6 meses 30 dias	Estado civil
Mãe GERALDA DOS SANTOS ALEXANDRE	Pai JOSE ANTONIO ALEXANDRE	Religião
Escolaridade	Responsável (Parentesco) ANA PAULO SANTOS DE LIMA - ESPOSO(A)	Prontuário
DDD Móvel 83	Fone Móvel 988550372	DDD Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 1281317	Fone Fixo
Local de procedência HOSPITAL DE TRAUMA TARCISIO BURIT (ORTOTRAUMA)	Nº Cns	
Email	Local de procedência HOSPITAL DE TRAUMA TARCISIO BURIT (ORTOTRAUMA)	UF PB
Naturalidade	Tipo UNIDADESAUDE	UF PB
	CBO/R	

Endereço

CEP 58059245	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB
Número 4516	Complemento	Logradouro MARIA ISABEL RIBEIRO
		Bairro MANGABEIRA

Admissão

Data e Hora 26/06/2018 18:37:26	Número da pulseira 1000059889990	Convênio SUS
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica	
Classificação de risco	Origem do paciente OUTRA UNIDADE DE SAUDE	
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO

Indicadores e Transporte

Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte SAMU	Quem transportou		

Sinais Vitais

PA x mmHg	Pulso	Temperatura
--------------	-------	-------------

Exames complementares

Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
<p><i>Para segue H/A acidente de moto segue encaminhado para ortopedia segue</i></p> <p><i>Conduta segue segue sub</i></p>						
Diagnóstico						CID
Atendido por KELLY DE SOUZA BARBOSA						Tempo 01min 36seg

Imprimir

26/06/2018 18:34





CERTIDÃO

Nº. 1429/2018

Atendendo solicitação de **MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE** de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 139821 pertencentes o requerente que foi atendido dia 26/06/2018 às 13H33min, vítima de colisão carro x moto, apresentando trauma em em joelho e punho esquerdos.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de platô proximal esquerdo + rádio distal esquerdo. Encaminhado para outro órgão hospitalar.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 17 de outubro de 2018

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica da Vigilância à Saúde
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BUZITI
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N.
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 139821 Atd: Nao Regulad
Data: 26/06/2018
Hora: 13:33:53
Recepcionista: MARIA HELENA R. ALEXAN
Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE
CNS: 898002700496649 Sexo: M IDENTIDADE: 1281317 Fone: 988550372
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 27/11/1968 Id: 49 ano(s)
End.: RUA NAO INFORMADA, 000
Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB
Mae: GERALDA DOS SANTOS ALEXANDRE Pai: JOSE ANTONIO ALEXANDRE

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: SERVICOS GERAIS (SEXO MASCULINO)

Estado Civil: CASADO(A)

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: PRIMARIO COMPLETO

Resp.: ESPOSA/ANA PAULA SANTOS DE LIMA

Tel/Doc. Responsavel: 000 / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: RUA

FATURADO

VISTO

Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: COL.CARRO/MOTO AS 12H NA AV.GUARABIRA EM MANAIRA

Vitima de violência por: NA HORA DO ALMOCO(COND.ANA EMLIA)CONDUTOR

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:
FC: TP:
Peso: Altura:
Glicemia: IMC:
Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito

Queixa Principal

Observacao

PACIENTE VITIMA DE COLISAO MOTO X CARRO NEGA
VOMITO E DESMAIO

27 NOV. 2018

PROTOCOLO
AO JOAO PESSOA

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente com historia de colisão moto x carro, vítima de acidente, vindo pelo SAMU, com contusões cervicais e em membros superiores, consequente, entorpecido, supinado, GCS=15. Nega desmaio, vômito e cervicalgia. Sugere-se de dor no joelho esquerdo e punho esquerdo. Abd: flexão, indurido, sem sinais de peritonite, fêves estáveis. Regão cervical: indolor, sem crepitação, sem admissibilidade.

Prescrição

Conduta: 1) Suporte farmacológico do joelho esquerdo e punho esquerdo.
2) Suporte analgésico da dor.
3) Alta da cirurgia geral.

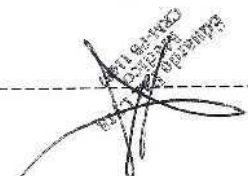
Dr. Francisco Junior P. Leite
Médico Residente
Cirurgia Geral
CRM-PB 7270



Antecedentes
Paciente vítima de
acidente de moto
quadrando-se de dor
fóssil (E) p/ (E)

Data e hora | PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)
Paciente de plátano (E)
Rádio dental (E)

co. Encomenda no hospital
de trauma capim protegido



Assinatura

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao
------	--------------	------	---------	----------



Reservado p/ liberação

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

030106006-1
030309022-7

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residência ☐ Transferido ☐ Desistência ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico

030106006-1



Portador
Paciente vítima de
acidente de moto
quadrando-se de dor
fórmula e prescrição

Data e hora

PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)

Pravox (vendida)
fratura do platibasal (E)
Radio dental (E)

CO. Encaminhado ao hospital
de trauma conforme prescrição

Assinatura do Médico

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

27 NOV. 2013

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ liberacao

PROTOCOLO
AD. JOAO PESSOA

PROCEDIMENTO REALIZADO

030106006-1

DESTINO DO PACIENTE

030309022-7

[] Residencia [] Transferido [] Desistencia [] UTI
[] Alta a pedido [] Enfermaria Obito: [] Atestado [] SVO [] IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico

030106006-1





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE
DADOS DE NASCIMENTO 237/11/1968
NOME DA MÃE GERALDA DOS SANTOS ALEXANDRE

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.090.773
Nº PRONTUARIO 109.563
DATA DO ATENDIMENTO 26/06/18
HORA DO ATENDIMENTO 18:37
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO E + FRATURA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DA TÍBIA E
CID 10 S 52.5 + S 82.1

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta, encaminhado do Ortotrauma, apresentando diagnóstico de fratura do planalto tibial E e terço distal do rádio E para tratamento cirúrgico conforme pactuação. Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX do punho E - AP e P
RX do joelho E - AP e P
Eletrocardiograma



TRATAMENTO:

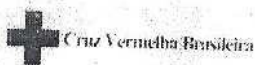
Fratura da extremidade distal do rádio E + fratura da extremidade proximal da tibia E aos RX. Realizado internamento e tratamento cirúrgico pelo Dr. Milton Barbosa e Dr. André Pacelli no 1º tempos e pelo Dr. Kartney Sarmento e Dr. Roberto Almeida.

ALTA HOSPITALAR: 10/08/18
DATA DA EMISSÃO: 20/08/18

Dr. Ewerton Noronha Teixeira
CRM: 2516/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1090773



Identificação do paciente

ID 1301159	Nome MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE	Sexo Masculino
Data de nascimento 27/11/1968	Idade 49 anos 6 meses 30 dias	Estado civil Prontuário
Mãe GERALDA DOS SANTOS ALEXANDRE	Pai JOSE ANTONIO ALEXANDRE	
Escolaridade	Responsável (Parentesco) ANA PAULO SANTOS DE LIMA - ESPOSO(A)	
DDD Móvel 83	Fone Móvel 988550372	DDD Fixo Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 1281317	Nº Cns
Local de procedência HOSPITAL DE TRAUMA TARCISIO BURITY (ORTOTRAUMA)	Tipo UNIDADES SAUDE	UF PB
Email	Naturalidade	CBO/R

Endereço

CEP 58059246	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro MARIA ISABEL RIBEIRO
Número 4516	Complemento	Bairro MANGABEIRA	

Admissão

Data e Hora 26/06/2018 18:37:26	Número da pulseira 1000059889990	Convênio SUS
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica	
Classificação de risco	Origem do paciente OUTRA UNIDADE DE SAUDE	
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO

Indicadores e Transporte

Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte SAMU	Quem transportou		

Sinais Vitais

PA	X	mmHg	Pulso	Temperatura
----	---	------	-------	-------------

Exames complementares

Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
-----------	-----------	----------	-------	-----------	--------	--------------------

Paciente segue em acidente de moto segue encaminhado para ortopedia segue

Walmir Carlos Andrade
Enfermeiro
COREN-PB 147.156

Diagnóstico

Atendido por
KELLY DE SOUZA BARBOSA

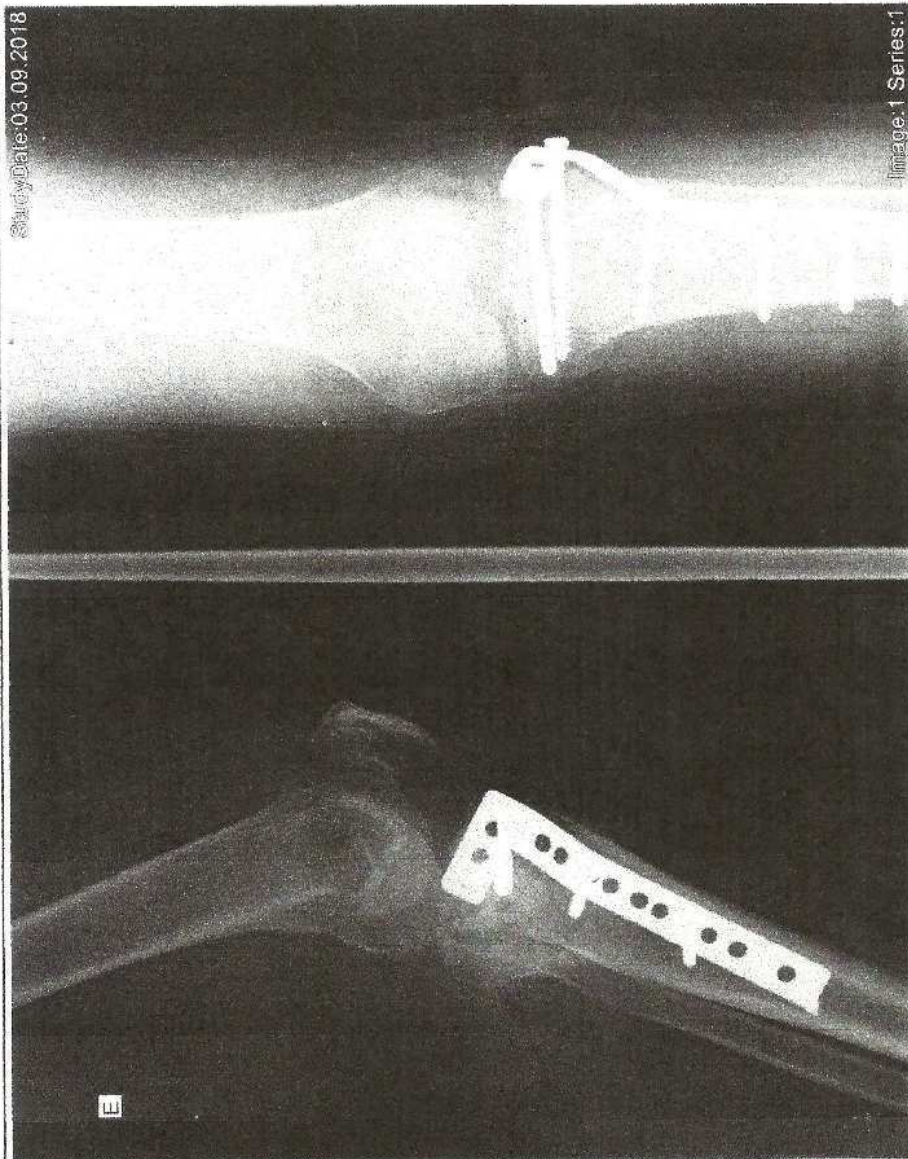
Conduta futura segue sub

CID
Tempo
01min 36seg

Imprimir

26/06/2018 18:39

PatientID: 000000067278
Name: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE
Sex: Masculino
BirthDate: 27.11.1968
Age: 49a.



HTOP

COMPREV
27 NOV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF: 1281317 SSP PB

CPF: 646.448.124-04 DATA NASCIMENTO: 27/11/1968

FILIAÇÃO: JOSE ANTONIO ALEXANDRE
GERALDA DOS SANTOS ALEXANDRE

PERMISSÃO: ACC CALHAR: AB

Nº REGISTRO: 03441600285 VALIDADE: 21/02/2019 1ª HABILITAÇÃO: 01/12/2004

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR: *Marcos dos Santos Alexandre*

LOCAL: JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO: 24/02/2014

ASSINATURA DO EMISSOR: *Rodrigo Correia /ho* 06466611246
PB028174003

DETRAN - PB (PARAJIBA)

VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
894212440

ARQUIVO PLASTIFICAR
894212440



**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA
INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA

67495249

REFERÊNCIA

NOV/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

DANILLO SOUZA DE PAIVA
RUA MARIA FERREIRA LEITE, 50 - A - MANGABEIRA JOAO
PESSOA PB 58059- 706

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.085.682.0378.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
A01A382515	16/05/2002	JARDIM	LIGADO	POTENCIAL		
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (H3)	NUM DE DIAS	PRÓXIMA LEITURA		
398	5		30	20/12/2018		
HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALTD. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.						
OUT/2018	5	4	PARAMETROS	EXTG.	ANALIS. CONFORMES	
SET/2018	5	4	TURBIDEZ	0	0 0	
AGO/2018	5	4	CLORO	0	0 0	
JUL/2018	5	4	COL.TERMOT	0	0 0	
JUN/2018	5	4	COR	0	0 0	
MAI/2018	5	4	COL.TOTAIS	0	0 0	
MEDIA(M)	5	DADOS REFERENTES A: SET/2018				

DATA DA IMPRESSÃO: 21/11/2018

HORA DA IMPRESSÃO: 11:33:04

DESCRIÇÃO

CONSUMO TOTAL(R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ÁGUA

5 H3

37,91

ESGOTO

VALOR APROXIMADO DE DISTRIBUIÇÃO: R\$ 3,51 PIS E CONFINS: R\$ 12,741/12

VENCIMENTO:

02/12/2018

Total a Pagar:

R\$ 37,91



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: MÉDIA DO HÍDROMETRO TIPO DE TARIFA:

ANORMALIDADE: HÍDROMETRO EMBACADO

INFORMAÇÕES GERAIS:

"QUANDO A INFÂNCIA É PERDIDA, NÃO TEM JOGO GANHO"

CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

MATRÍCULA

REFERÊNCIA

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

67495249

NOV/2018

02/12/2018

R\$ 37,91

82650000000 3 37910010001 3 06749524901 2 11201870003 2



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 14/01/2019 20:23:54

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19011420221039200000018137775>

Número do documento: 19011420221039200000018137775

Num. 18638921 - Pág. 2

PatientID: 000000067278

Sex: Masculino

PatientName: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

BirthDate: 27.11.1968

Age: 49a



Image:2 Series:2

COMPREV SEGR

27 NOV. 2018

PROTOCOLLO
AG. JOÃO PESSOA

HTOP





RELATÓRIO DE CIRURGIA

HISTÓRICO

NOME: **MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE** BE/PRONTUÁRIO: **1090773**
IDADE: **49** SEXO: ☒ MASC ☐ FEM COR: DATA: **08/08/2018**
CLÍNICA /SETOR: **ORTOPEDIA** EMP: LR:
CIRURGIA: **TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE PLATO TIBIAL ESQUERDO**
CIRURGIÃO: **DR KARTNEY** 1º ASS: **DR ROBERTO ALMEIDA**
2º ASS: **DR PACELLI** 3º ASS: **MR FRANCINELIO**
INSTRUMENTADOR: ANESTESISTA:
TIPO DE ANESTESIA: **RAQUIANESTESIA** HORÁRIO INÍCIO: TÉRMINO:

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO	CID
FRATURA DE PLATO TIBIAL ESQUERDO	

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	CÓDIGO
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE PLATO TIBIAL ESQUERDO COM	
PLACA BLOQUEADA EM L E PARAFUSOS BLOQUEADOS E CORTICAIS	

ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO: ☐ SIM ☒ NÃO
DESCRIÇÃO:
BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO: ☐ SIM ☒ NÃO

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:
☒ ENFERMARIA ☐ TERAPIA INTENSIVA
☐ RESIDÊNCIA ☐ ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

MÉDICO/CRM: DATA: **08/08/2018**

Dr. Manoelito Freitas
Médico
CRM PB 8603
PIS 703404570057801

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO
27/08/2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA





RELATÓRIO DE CIRURGIA

PREENCHER

NOME: **MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE** BE/PRONTUÁRIO: **1090773**
IDADE: **49** SEXO: ☒ MASC ☐ FEM COR: DATA: **04/07/2018**
CLÍNICA / SETOR: **ORTOPEDIA** EMP: LR:
CIRURGIA: **TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE RADIO DISTAL ESQUERDO**
CIRURGIÃO: **DR. MILTON BARBOSA** 1º ASS: **DR PACELLI**
2º ASS: **MR1 FRANCINELIO** 3º ASS:
INSTRUMENTADOR: ANESTESISTA: **DRA. SOCORRO**
TIPO DE ANESTESIA: **BLOQUEIO** HORÁRIO INÍCIO: TÉRMINO:

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO	CID
FRATURA DE RADIO DISTAL ESQUERDO	

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	CÓDIGO
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE RADIO DISTAL	

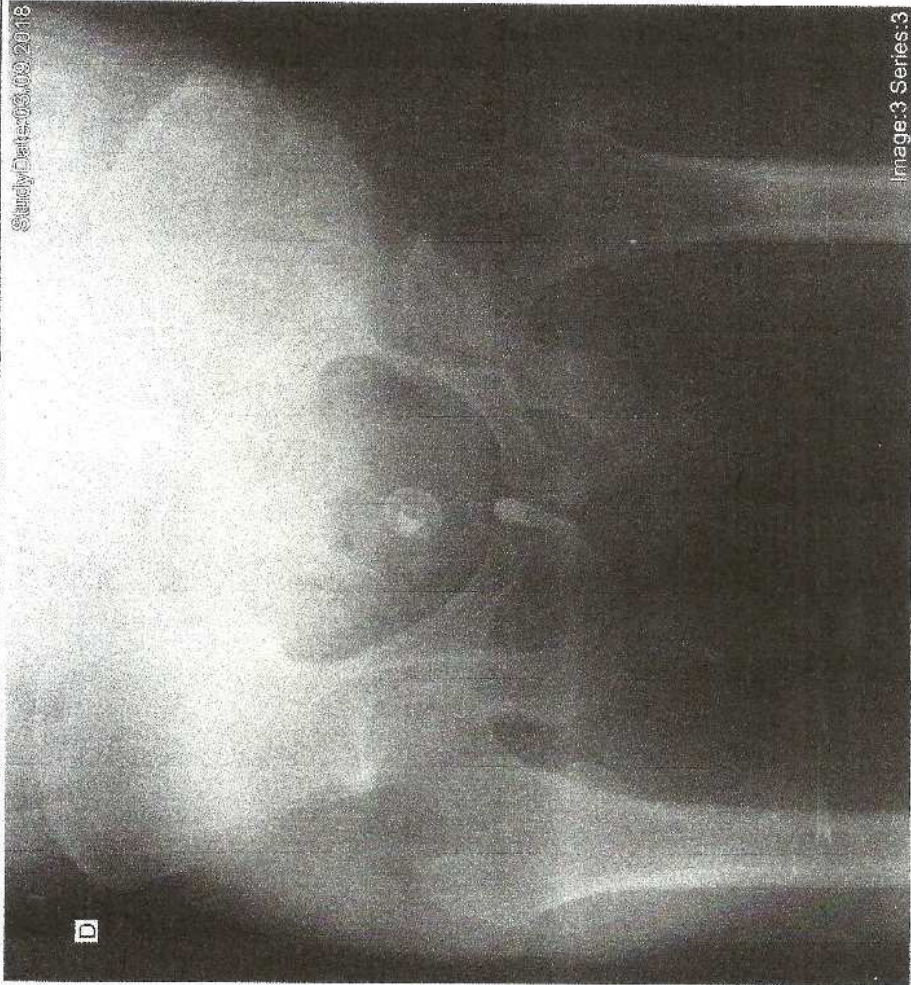
ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO: ☐ SIM ☒ NÃO
DESCRIÇÃO:
BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO: ☐ SIM ☒ NÃO

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:
☒ ENFERMARIA ☐ TERAPIA INTENSIVA
☐ RESIDÊNCIA ☐ ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

MÉDICO/CRM: DATA: **04/07/2018**

Dr. Francinello
CRM 139603
CNS 703404579067800



<p>PatientID: 000000067278 Name: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE Sex: Masculino BirthDate: 27.11.1968 Age: 49a.</p>		<p>HTOP</p>
---	---	-------------

COMPREV SECURUS EMB
27 JUL 2018
PROTÓCOLO
AG-JOIA



HEETSHL

FICHA DE ANESTESIA

DATA: 04/07/18

PRONTUÁRIO: 1090773

PACIENTE: Novais dos Santos Alexandre SEXO: M COR: IDADE: 49

PRESSÃO ARTERIAL PULSO RESPIRAÇÃO lupraco TEMPERATURA PESO GRUPO SANGÜÍNEO

ESTADO GERAL () BOM (X) REGULAR () MAU () PÉSSIMO RISCO CIRÚRGICO () BOM (X) REGULAR () MAU () PÉSSIMO

EXAMES COMPLEMENTARES URU

AP. RESPIRATÓRIO WW @ 20, 51 RR AP. CIRCULATÓRIO ROR. 27. BNF. 55

AP. DIGESTIVO gigra ESTADO MENTAL COTÉ DROGAS EM USO

PRÉ-ANESTÉSICO Sem ESTADO FÍSICO (ASA) II

DOSE / HORA

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO fx Rádiodistal (E)

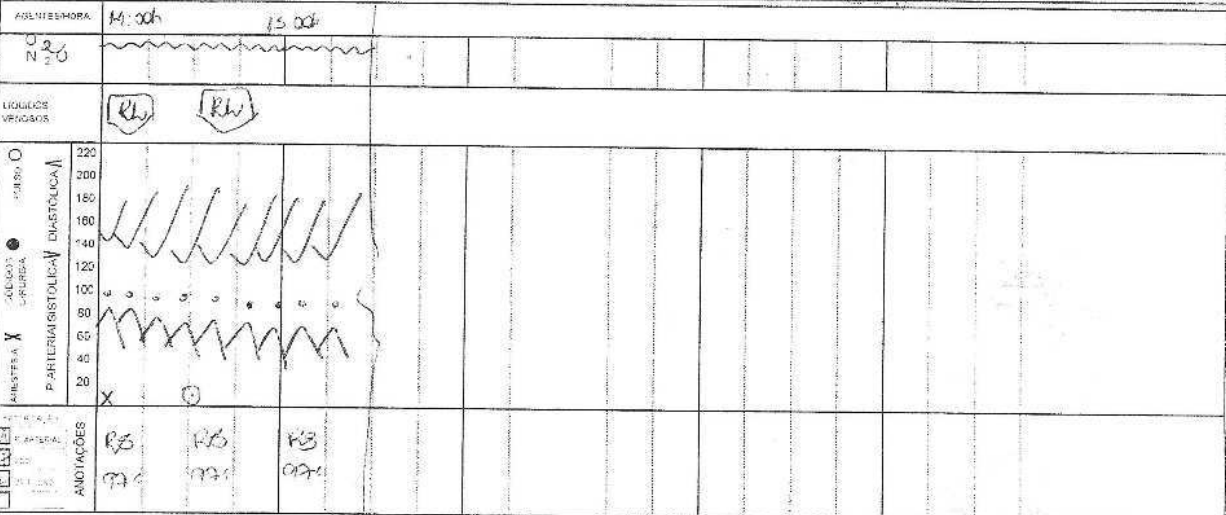
CIRURGIA REALIZADA Tto enérgico de fx de Rádiodistal (E)

CIRURGIÃO Dr. Hilton AUXILIARES Dr. Poceles

INÍCIO DA ANESTESIA 14:00h TÉRMINO DA ANESTESIA 15:18h DURAÇÃO DA ANESTESIA 105min

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO QUANT. DE CH. VALORES RS

ANESTESISTA Dr. Camila Dr. Elvira (R) CPF CRM-PB 6472



ANESTESIA GERAL ☐ RAQUIDIANA ☐ EPIDURAL ☐ BLOQ PLEXO ☒ BLOQ NERVOS ☐ OUTROS

TECNICA Solia, proleto, mantendo paciente: lido e procedimento de acordo com o protocolo

USUARIOS MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO

1	esclerolico-2g	11
2	Dexametasona-10mg	12
3	Lidocaina 2.5mg	13
4	fenilol-100mg	14
5	Propofol 50mg	15
6	Lidocaina 2% 0.5-20ml	16
7	Diprivo-2g	17
8	Endonefrina-5mg	18
9	Elemdina-150mg	19
10	Lidocaina 2% 0.5-15ml	20

DESAPPROVAÇÕES IMPORTANTES paciente mantido em vida, antissepsia, bloqueio de plexo braquial (E) via intra-arterial e via IV

com oxigênio 100% e FEP 0.55 e infusão de 0.5-1.0 - sem intercorrências

Em andamento e sem intercorrências. PA=145/90 FC=55 SpO2=95% em AR

Comete: K. 15h 25 (15:15)

ASSINATURA DO ANESTESISTA

F (NG) ASCIR 025-1





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nº 123456

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
ANTIBIOTICOPROFILAXIA
PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA
ASSEPSIA E ANTISSEPSIA
APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS
Incisão:
VIA DE ACESSO VOLAR PARA RADIO DISTAL
DIVULSÃO E DISSECÇÃO POR PLANOS
HEMOSTASIA
Achados:
FRATURA DE RADIO DISTAL ESQUERDO
Conduta:
REDUÇÃO ABERTA DA FRATURA + FIXAÇÃO INTERNA COM PLACA 3X3 FUROS + PARAFUSOS
CORTICAIS SOB AUXILIO DE ESCOPIA
FIXAÇÃO DE ESTILOIDE DO RADIO COM FIO DE KIRSHNER
LIMPEZA COM SF
Fechamento:
CURATIVOS
RX DE CONTROLE
IMOBILIZAÇÃO EM TALA LUVA.
Observação:

Médico/CRM:

João Pessoa,

04/07/2018



Nota de Sala Cirúrgica



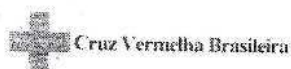
NOME DO PACIENTE: Maycos dos Santos Alexandre
 IDADE: 49A BE 1090773 ENFERMEIRO: T. C. S. CITO
 CIRURGIÃO: Dr. Milhary Dr. Parnelli
 ANESTESIA: Blagueira
 ANESTESISTA: Dr. Camila
 INSTRUMENTADOR: Giulene
 DATA: 04/07/18 TEMPO CIRÚRGICO - ANESTESIA INÍCIO: 14:00 CIRURGIA INÍCIO: 15:30 CIRURGIA - 19:20
 ÍNDICE DE RISCO DE CIRURGIA - ASA (AMERICAN SOCIETY OF ANESTHESIOLOGIST):
 ASA 1 (ASA 2) (ASA 3) (ASA 4) (ASA 5)
 GRAU DE CONTAMINAÇÃO (1) LIMP (2) CONTAMINADA (3) INFECTADA (4) POTENCIALMENTE CONTAMINADA
15:15

MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS	QTD.	MATERIAIS CONT.	QTD.	FIOS	QTD.
ALFENTANIL		JELCO Nº18		FIO CAT. GUT. CROMADO Nº	
BUPIVACAÍNA ISOBARICA		JELCO Nº20		FIO CAT. GUT. CROMADO Nº	
BUPIVACAÍNA PESADA		JELCO Nº22		FIO DE AÇO Nº	
CETAMINA		JELCO Nº24		FIO DE AÇO Nº	
DROPERIDOL	<u>SRI 500 OK</u>	KIT SIST. DREN. TORÁXICA Nº		FIO DE NYLON Nº <u>201</u>	
ETOMIDATO	<u>EF 500 OK</u>	LÂMINA BISTURI Nº11		FIO DE NYLON Nº	
FINOBARBITAL	ALCOOL ETILICO 70%	LÂMINA BISTURI Nº15		FIO DE NYLON Nº	
HENTANIL	PVPi DEGERMANTE	LÂMINA BISTURI Nº25		FIO POLIGLACTINA Nº <u>11</u>	
FLUMAZENIL	PVPi TINTURA	LÂMINA BISTURI Nº24		FIO POLIGLACTINA Nº	
ISOFLURANO	PVPi TOPICO	LÂMINA DE DERMATOMO		FIO POLIGLACTINA Nº	
LEVOPUPACAÍNA C. VASO	SABÃO ANTISEPTICO	LÂMINA DE ENXERTO		FIO POLIPROPILENO Nº	
LEVOPUPACAÍNA S. VASO	MATERIAIS	LUVA DE PROCEDIMENTO PAR	<u>OK</u>	FIO POLIPROPILENO Nº	
LIDOCAÍNA C. VASO	AGULHA 13X4,5	LUVA ESTÉRIL Nº7,0	<u>L</u>	FIO POLIPROPILENO Nº	
LIDOCAÍNA S. VASO	AGULHA 25X07	LUVA ESTÉRIL Nº7,5	<u>L</u>	FIO POLIGLACTAPRONE Nº	
MIDAZOLAM	AGULHA 25X08	LUVA ESTÉRIL Nº8,0	<u>L</u>	FIO SEDA Nº	
MORFINA	AGULHA 40X12	LUVA ESTÉRIL Nº8,5	<u>L</u>	FITA CARDÍACA	
NAMBUM	AGULHA PERIDURAL Nº16	MÁSCARA CIRÚRGICA	<u>OK</u>	MATERIAL ESPECIAL	QTD.
PANCITRÔNIO	AGULHA PERIDURAL Nº17	MULTIVIAS		CATETER DE PIC	
PEPIDINA	AGULHA PERIDURAL Nº18	PERFURADOR DE SORO	<u>1</u>	CIMENTO CIRÚRGICO	
PROPÓFOL	AGULHA RAQUI Nº25G	SCALP Nº10		CLIP TITANIO LIGADURA	
RAMIFENTANIL	AGULHA RAQUI Nº26G	SCALP Nº21		FIO DE KIRSCHNER Nº <u>20</u>	<u>ficou no paciente</u>
ROCURÔNIO	AGULHA RAQUI Nº27G	SERINGA 3ML		FIO DE KIRSCHNER	
SEVOFLURANO	ALGODÃO ORTOPÉDICO	SERINGA 5ML	<u>L</u>	FIO STEINMAN Nº	
SUXAMETÔNIO	ATADURA DE CREPOM	SERINGA 10ML	<u>L</u>	FIO STEINMAN Nº	
TIOPENTAL	ATADURA CESSADA	SERINGA 20ML	<u>1</u>	GRANDEADOR CIRÚRGICO	
MEDICAÇÕES	QTD.	BOLSA P. COL. OSTOMIA		HEMOST. ABSORVÍVEL	
ADRENALINA	CÂNULA P. TRAQUEOSTOMIA Nº	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº8		KIT. DERIVA. VENTRICULAR	
ÁGUA DESTILADA	CATETER DE OXIGÊNIO	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº10		PROTESE VASCULAR	
ATROPINA	CATETER EMBOLEC. ARTERIAL Nº	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº12		KIT. PAM	
BENTRA	CATETER EPIDURAL Nº16	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº14		FIXADOR EXTERNO	
CEFALOXINA	CATETER EPIDURAL Nº17	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº16			
DEXAMETASONA	CATETER EPIDURAL Nº18	SONDA FOLEY 2VIAS Nº10		EMPRESA	
TRONA SÓDICA	CERA PARA OSO	SONDA FOLEY 2VIAS Nº14		<u>TMC</u>	
EFEDRINA	COLET. URINA FECHADO	SONDA NASOG. CURTA	<u>03</u>	PARAFUSOS CORTICAIS Nº <u>16</u>	
FLUOREMIDA	COMPRESSAS CIRÚRGICAS	SONDA NASOG. LONGA		PARAFUSOS CORTICAIS	
GLICOSE 50%	COMPRESSAS CIRÚRGICAS	SONDA URETRAL Nº		PARAFUSOS ESPONIOSO	
GLUCONATO DE CÁLCIO	DRENO DE PENROSE	TORNEIRINHA		PARAFUSOS ESPONIOSO	
HIDROCORTISONA	DRENO DE SUÇÃO	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº		PARAFUSOS MALEOLAR	
LIDOCAÍNA GELEIA	ELETRODOS	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº		PARAFUSOS MALEOLAR	
ONDASENTRONA	EQUIPO MACROGOTAS	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº	<u>01</u>	PLACA em T. 3x3	
PLANEL	EQUIPO TRANSF. SANGUE	TUBO SILICONE (LATEX)	<u>1</u>	PLACA	
PROSTIGMINE	EQUIPO MICROGOTAS			<u>Cx. 3.5</u>	
PROTAMINA	ESPONJA DE PVPi			EQUIPAMENTOS	
TENOXICAN	ESPARADRAPO	FIOS	QTD.	() ASPIRADOR	
<u>Clonidina</u>	GAZES	FIO ALGODÃO S/A Nº		() BISTURI ELÉTRICO	
	GAZES ALGODOADAS	FIO ALGODÃO S/A Nº		() CAPNOGRAFO	
	GEL ELETROLÍTICO	FIO ALGODÃO C.A. Nº		() CARDIOMONITOR	
	JELCO Nº14	FIO ALGODÃO C.A. Nº		() DESFIBRILADOR	
	JELCO Nº16			() FOCO ALXILAR	
	<u>LAP</u>			() FOCO CENTRAL	
	<u>ANESTÉSICO</u>			() MICROSCOPIO	
	<u>BAND. RÁQUIDE</u>			() OXÍMETRO DE PULSO	
				() PA. INVASIVA / NÃO INVASIVA	
				() PERFURADOR ELÉTRICO	
				() SERRA	
				CIRCULANTE	

Agulha de plexo A100 - B - Bxalun

Cleandro M. Nobrega
 COREN-PA 157.236-TE
 (RNG) ASCIR 021-3





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena

AV. ORESTES LISBOA, S/N -
CNES: 454554 - Tel.: 8332165700



GOVERNO
DA PARAÍBA

Impresso por: BRUNO DE
LUNA ROMA
Em: 04/08/2018 14:06:20

Paciente MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE	Boletim de Atendimento 1090773	Data/Hora Entrada 26/06/2018 18:37:26	Data/Hora Saída
Data de nascimento 27/11/1968	Idade 49	Sexo Masculino	CNS
Tempo de Internação	Convênio SUS	Prontuário 109563	Plantão DIURNO

EVOLUÇÃO MEDICA (BRUNO DE LUNA ROMA - 04/08/2018 14:06:09)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

ORTOPEDIA#

HD:FRATURA DE PLANALTO TIBIAL

PACIENTE SEGUE SEM QUEIXAS E OU INTERCORRENCIAS EM LEITO COMUM DE ENFERMARIA
AGUARDA PARECER DA CARDIOLOGIA E CLÍNICA MÉDICA
AO EXAME: BEG, NORMOCORADO, BOA PERFUSAO DISTAL, BOA CONDIÇÕES DE PELE
CONDUTA: REMARCAR CIRURGIA.

Seção: HTOP - APARTAMENTO 05 Leito: LEITO 02
Profissional responsável pela informação: BRUNO DE LUNA ROMA

Número Conselho: 10075

COMPREENSÃO EM ATENDIMENTO
27 NOV. 2018
PROTOCOLO
DO JOÃO PESSOA

AV. ORESTES LISBOA, S/n - PEDRO GONDIM
CNES: 445365 - Tel.: 8332165700Impresso por: LAIANA
KAREN DANTAS BARRETO
Em: 02/08/2018 17:16:45

Paciente	MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE			Boletim de Atendimento	Data/Hora Entrada	Data/Hora Saída
				1090773	26/06/2018 18:37:26	
Data de nascimento	Idade	Sexo	CNS		Prontuário	
27/11/1968	49	Masculino			109563	
Tempo de Internação	Convênio			Plantão		
	SUS			DIURNO		

EVOLUÇÃO MEDICA (LAIANA KAREN DANTAS BARRETO - 02/08/2018 17:04:04)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

cirurgia suspensa devido horário.

cd: vpm

staff: dr arão + dr lauri + dr thalles seabra

Seção: HTOP - APARTAMENTO 05 Leito: LEITO 02

Profissional responsável pela informação: LAIANA KAREN DANTAS BARRETO

Número Conselho: 8491

COMPREV SEGURANÇA E EFICIÊNCIA

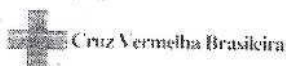
27 NOV. 2018

PROTOCOLO

AP. JOÃO PESSOA

MEDICINA





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena

AV. ORESTES LISBOA, S/N -
CNES: 464554 - Tel.: 8332165700



GOVERNO
DA PARAÍBA

Impresso por: MARCIA
FERNANDA DE ALMEIDA
GADELHA
Em: 29/06/2018 17:38:16

T3

Paciente MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE	Boletim de Atendimento 1090773	Data/Hora Entrada 26/06/2018 18:37:26	Data/Hora Saída
Data de nascimento 27/11/1968	Idade 49	Sexo Masculino	CNS
Tempo de Internação	Convênio SUS	Prontuário 109563	Plantão DIURNO

EVOLUÇÃO MEDICA (MARCIA FERNANDA DE ALMEIDA GADELHA - 29/06/2018 16:38:01)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

clínica médica

paciente com cirurgia agendada para o dia 02-07, sem queixas. apresenta ecg em anexo sem sinais de isquemia
porem sem risco cirurgico presente; exames de laboratorio de 27-06 com leuco de 15200 sem antibioticoterapia.

conduta: início ceftriaxona, exames de laboratorio recente aguarda risco cirurgico

Seção: HTOP - TRANSICAO Leito: LEITO 03

Profissional responsável pela informação: MARCIA FERNANDA DE ALMEIDA GADELHA

Número Conselho: 4416

de





Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE
PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)**

Folha
1/2

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

10 - SEXO

10 - NOME DA MÃE DO RESPONSÁVEL

11 - TELEFONE DE CONTATO

12 - TELEFONE DE CONTATO

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

15 - UF

16 - CEP

17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR

19 - Cód. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR

20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA

21 - Cód. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA

22 - DIAGNÓSTICO INICIAL

23 - CID 10 PRINCIPAL

24 - CID 10 SECUNDÁRIO

25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

27 - Cód. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐ DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐ DIÁRIA DE UTI TIPO I

☐ DIÁRIA DE UTI TIPO II

☐ DIÁRIA DE UTI TIPO III

29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

30 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

31 - QTD

32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

33 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

34 - QTD

35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

36 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

37 - QTD

38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Cx. 4,5 PREVENÇÃO
PLACA 4,5 PREVENÇÃO 4x6 em LIO
PARAFUSO (Nº 38) — 01
CORTECAL (Nº 44) — 01
PARAFUSO ESPERANÇO R32, Nº 70 — 01
Nº 32 — 01
Nº 70 — 01
Nº 28 — 01
PROTOCOLO
DO PESSOAL

PROFISSIONAL SOLICITANTE

39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

40 - DOCUMENTO

41 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

42 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

☐ CNS ☐ CPF

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

45 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

46 - DOCUMENTO

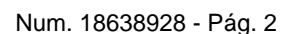
47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

☐ CNS ☐ CPF



NOME: Mercy Chaves de Oliveira
 TÉCNICO EM ENFERMAGEM
 COREN-PB: 011.375
 FUNG: ASCIR (21-2)



HEETS

FICHA DE ANESTESIA

DATA: 7/06/18

PRONTUÁRIO:

PACIENTE: Marcos dos Santos Almeida

SEXO: M COR:

IDADE: 49

PRESSÃO ARTERIAL PULSO 90/60/80 RESPIRAÇÃO 12/min TEMPERATURA 36,5°C PESO 65kg GRUPO SANGÜÍNEO

ESTADO GERAL () BOM (X) REGULAR () MAU () PÉSSIMO RISCO CIRÚRGICO () BOM (X) REGULAR () MAU () PÉSSIMO

EXAMES COMPLEMENTARES (VPM)

AP. RESPIRATÓRIO: MM

AP. CIRCULATÓRIO: MM

AP. DIGESTIVO: MM

ESTADO MENTAL: consciente, bem-estar

DROGAS EM USO

PRÉ-ANESTÉSICO

DOSE: 100mg

ESTADO FÍSICO (ASA): I

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Fratura de fêmur no 1/3 medial @ + encaixe a 90°

CIRURGIA REALIZADA: fixação de fratura

CIRURGIÃO: Dr. Kautsky

AUXILIARES: Dr. Roberto

INÍCIO DA ANESTESIA: 10:45

TÉRMINO DA ANESTESIA: 13:00

DURAÇÃO DA ANESTESIA

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

QUANT. DE CH.

VALORES RS

ANESTESISTA

CPF

CRM-PB

AGENDADOR

10:45

11:45

12:45

U.F.

ICUSOS

VENDEDO

0

100

120

140

160

180

200

220

240

260

280

300

320

340

360

380

400

420

440

460

480

500

520

540

560

580

600

620

640

660

680

700

720

740

760

780

800

820

840

860

880

900

920

940

960

980

1000

1020

1040

1060

1080

1100

0

100

120

140

160

180

200

220

240

260

280

300

320

340

360

380

400

420

440

460

480

500

520

540

560

580

600

620

640

660

680

700

720

740

760

780

800

820

840

860

880

900

920

940

960

980

1000

1020

1040

1060

1080

1100

0

100

120

140

160

180

200

220

240

260

280

300

320

340

360

380

400

420

440

460

480

500

520

540

560

580

600

620

640

660

680

700

720

740

760

780

800

820

840

860

880

900

920

940

960

980

1000

1020

1040

1060

1080

1100

0

100

120

140

160

180

200

220

240

260

280

300

320

340

360

380

400

420

440

460

480

500

520

540

560

580

600

620

640

660

680

700

720

740

760

780

800

820

840

860

880

900

920

940

960

980

1000

1020

1040

1060

1080

1100

0

100

120

140

160

180

200

220

240

260

280

300

320

340

360

380

400

420

440

460

480

500

520

540

560

580

600

620

640

660

680

700

720

740

760

780

800

820

840

860

880

900

920

940

960

980

1000

1020

1040

1060

1080

1100

0

100

120

140



RELATÓRIO DE CIRURGIA

PJE 18001

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA
PASSAGEM DE FAIXA DE SMASH ESTERIL
ASSEPSIA E ANTISSEPSIA
APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS
Incisão:
VIA DE ACESSO ANTERO-LATERAL E POSTERO-MEDIAL DO JOELHO ESQUERDO
DIVULSÃO, AVULSÃO E DISSECÇÃO POR PLANOS
CUIDADOS DE HEMOSTASIA
Achados:
FRATURA DE PLATO TIBIAL ESQUERDO
FORMAÇÃO DE CALO ÓSSEO
COMINUIÇÃO METAFISARIA, COM FRAGMENTOS DESVITALIZADOS.
Condução:
CALOCCLASIA
REDUÇÃO CRUENTA SOB VISUALIZAÇÃO DIRETA E AUXILIO DE ESCOPIA
APOSIÇÃO DE PLACA BLOQUEADA LATERAL EM L 4X6 FUROS E FIXADA COM PARAFUSOS CORTI-CAIS E BLOQUEADOS.
REDUÇÃO CRUENTA DO PLATO MEDIAL
REVISÃO DA HEMOSTASIA
LAVAGEM COM SF 0,9%.
Fechamento:
SUTURA POR PLANOS
CURATIVOS ESTEREIS
Observação:
GARROTE RETIRADO COM 2 HORAS
IMOBILIZAÇÃO TIPO JONES
RX DE CONTROLE

Médico/CRM:

Dr. Francineire Freitas
Médico
CRM PB 9603
CNS 703404579057801

João Pessoa,

08/08/2018



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Serviço de Atendimento ao CidadãoGOVERNO
DA PARAÍBA

SALA DE OBSERVAÇÃO ÁREA VERDE

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOÃO PESSOA - PB, 58061090

Tel: 32135700

Fax: 32778696

Nome	RAFAEL DOS SANTOS ALEXANDRE	RAE	1090773	Data Hora Entrada	28/06/2018 18:37:26	Data Saída	
Data de Nascimento	27/11/1988	Idade	49s 6m 30d	Sexo	Masculino	Telefone do Contato	(83) 983560372
Nome	RAFAEL DOS SANTOS ALEXANDRE					Prontuário	
Endereço	MARIA ISABEL RIBEIRO, 4516	Bairro	MANOABEIRA	Município	JOÃO PESSOA	UF	PB
Atividade	VEICULO X MOTO	Motivo	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional	LUIZ JUVENCIO MEDEIROS DE ARRUDA CAMARA	Nº Cons. Regional	8637/PB
Data Hora Classificação	28/06/2018 18:37:26			Data Hora Prescrição	28/06/2018 18:51:29		

Exame

ORTOPEDIA

PACIENTE ENCAMINHADO DO TRAUMATOLÓGICO COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA DO PLANALTO TIBIAL ESQUERDO E 1/3 DISTAL DO RÁDIO

Conduta:

1- INTERNO PARA TRATAMENTO CIRÚRGICO

2- SOLICITO RAIÓGRAFIAS DO JOELHO E PUNHO ESQUERDO

3- SOLICITO PRE OPERATÓRIO

Sinais

1- FERIDA, VIA ORAL

Medicação

ÁGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10.0 ML VIA E.V., 8/24H (OBSERVAÇÕES: S/N)

Dose

ONDANSETRONA 2MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 4.0 MG VIA E.V., 8/24H

ÁGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10.0 ML VIA E.V., 1X AO DIA, (OBSERVAÇÕES: EM JEJUM)

Dose

OMEPRAZOL 40MG INJETÁVEL COM SOLVENTE (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 40.0 MG VIA E.V., 1X AO DIA

ÁGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10.0 ML VIA E.V., 8/24H, C.O. (OBSERVAÇÕES)

Dose

DIPYRIDA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2.0 ML VIA E.V., 8/24H

CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO, ADMINISTRAR 25.0 MG VIA SUBLINGUAL, ACM. SE NECESSÁRIO SE PAD>110MMHG E/OU PAS>160MMHG (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 4,0)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 100.0 ML VIA E.V., 24H, C.O. (MGTSN)

PROPRANOLOL SÓDICO 40 MG/0.4ML SERINGA PREENCHIDA, ADMINISTRAR 40.0 MG VIA S.C., 1X AO DIA

CLOROFENIRAMINA 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL (AMPOLA 10ML), ADMINISTRAR 20.0 ML VIA E.V., ACM, C.O. (MGTSN) SE NECESSÁRIO SE PAD>110MMHG E/OU PAS>160MMHG (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 3,0)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100.0 ML VIA E.V., 12/24H, C.O. (MGTSN)

Dose

KETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100.0 MG VIA E.V., 12/24H

Prescrição registrada em 28/06/2018 às 18:51:29 em 28/06/2018 às 18:51:29

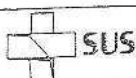
172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&performa=imprimacao&id=322556&pesquisa=514



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 14/01/2019 20:23:58

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19011420230128800000018137782

Número do documento: 19011420230128800000018137782



Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

Folha 1/2

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HTOP

2 - CNLS

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HTOP

4 - CNLS

Identificação do Paciente

6 - NOME DO PACIENTE

Marcos dos Santos Alexandre

8 - Nº DO PRONTUÁRIO

1090713

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

9 - DATA DE NASCIMENTO

10 - SEXO

Masculino 1

Feminino 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

11 - TELEFONE DE CONTATO

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

14 - COD. IBGE MUNICÍPIO

15 - UF

16 - CEP

17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR

19 - COD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR

20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA

21 - COD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA

22 - DIAGNÓSTICO INICIAL

23 - CID 10 PRINCIPAL

24 - CID 10 SECUNDÁRIO

25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

27 - COD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐ DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐ DIÁRIA DE UTI TIPO I

☐ DIÁRIA DE UTI TIPO II

☐ DIÁRIA DE UTI TIPO III

29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

30 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

31 - QTD

32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

33 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

34 - QTD

35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

36 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

37 - QTD

CX 35 / TMC /

38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

01 placa em T 3x3
03 parafusos corticais N° 16
01 fio de Kirschner 2.0
01 agulha de Plexo A100 -> B-Braun

PROFISSIONAL SOLICITANTE

39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

40 - DATA DA SOLICITAÇÃO

41 - DOCUMENTO

42 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

43 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

44 - CNS

45 - CPF

Dr. Francisco Peixoto
Médico
CRM/PE 9603
CNS 703404579057800

AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

49 - DOCUMENTO

50 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

52 - CNS

53 - CPF





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 08837.01.2018.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 08837.01.2018.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 12:01 horas do dia 23 de novembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvea Neiva Almeida, matrícula 1560913, e lavrado por Valderêdo Elpidio dos Santos, Agente de Investigação, matrícula 1273051, ao final assinado, compareceu **Marcos dos Santos Alexandre**, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), profissão Serviços Gerais, filho(a) de Geralda dos Santos Alexandre e Jose Antonio Alexandre, natural de Sapé/PB, nascido(a) em 27/11/1968 (49 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Maria Ferreira Leite, Nº 50, bairro Mangabeira, tendo como ponto de referência Perto Psf, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98874-7608.

Dados do(s) Fatos:

Local: Perto do Pão de Açúcar, João Pessoa/PB, bairro Bessa; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 27/06/18 12:20h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Conta que foi atropelado pelo veículo CLIO, cor branca, placas não se recorda; quando trafegava na sua motocicleta HONDA POP 100 ANO 2104, COR VERMELHA, PLACA QFD-8215/PB; Que o condutor do veículo socorreu o noticiante, FATO OCORRIDO no local e horário acima mencionado; Que posteriormente apresentará a placa do veículo causador do acidente; QUE VEIO A ESTA DELEGACIA AFIM DE QUE O FATO FIQUE REGISTRADO, FICANDO DESDE JÁ CIENTE E ORIENTADO DE QUE DEVE COMPARECER A DELEGACIA DA ÁREA A FIM DE QUE O PROCEDIMENTO CABIVEL SEJA INSTAURADO.

ADENDO(S):

Que na data 23/11/2018, à(s) 14:47 horas, na Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob a responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvea Neiva Almeida, matrícula 1560913, compareceu o(a) noticiante para realizar o seguinte adendo: ONDE LER-SE DATA/HORA: 27/06/18 LEIA-SE: DATA/HORA: 26/06/2018.. Adendo registrado por: Cristiano Cruz Cordula, Agente de Investigação, matrícula: 1565699.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.



Procedimento Policial: 08837.01.2018.1.00.401



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

João Pessoa/PB, 23 de novembro de 2018.

CRISTIANO CRUZ CORDULA
Agente de Investigação

MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE
Noticiante



Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por GERSON LUCIANO SANTOS NETTO em: 14/01/2019 20:19.

Procedimento Policial: 08837.01.2018.1.00.401

2/2



SINISTRO 3180558881 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE**CPF/CNPJ:** 64644812404**Posição em 05-12-2018 14:36:50**

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [clique aqui](#) e nos envie um e-mail para que possamos checar melhor o seu caso. Por gentileza, aguarde, em até 72 horas, entraremos em contato com você para informar a situação do seu pedido de indenização.

05/12/2018	R\$ 3.375,00	R\$ 0,00	R\$ 3.37
------------	--------------	----------	----------

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por GERSON LUCIANO SANTOS NETTO em: 14/01/2019 20:19.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0800232-29.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado do(a) RÉU:

DESPACHO

Vistos.

Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze dias), comprovante de residência em seu próprio nome, bem como indicar endereço eletrônico, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do art. 321, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juiz de Direito



Petição em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
REGIONAL DA COMARCA DE MANGABEIRA-PB**

Processo nº 0800232-29.2019.8.15.2003

MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE, já qualificada nos autos da Ação de Indenização Seguro DPVAT, que move em face da **SEGURADORA LÍDER** por seu procurador subscrito, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer e expor:

Requerer a *mui* respeitosamente MM. Juiz, a juntada da Declaração de Residência, a qual a parte autora é residente e domiciliado, afim de instruir a Inicial.

Diante do exposto a presente juntada tem o escopo de instruir a presente demanda, pois desta forma será feita a mais Lídima Justiça, requerendo assim o prosseguimento do feito.

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande, 20 de Março de 2019.

GERSON LUCIANO SANTOS NETTO
- Advogado - OAB/PB 24.614



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE, portador do RG nº 1.281.317, inscrito no CPF sob o nº 646.448.124-04, DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliado na **Rua Maria Ferreira Leite, nº 50-A**, Bairro Mangabeira, CEP 58059-706, na cidade de **João Pessoa-PB**, conforme cópia de comprovante anexo.

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, *in verbis*:

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

João Pessoa-PB, 14 de Março de 2019.



MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE





1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0800232-29.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

Nome: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

Endereço: R MARIA FERREIRA LEITE, 50, a, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58059-706

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Edifício Citibank_**, 16 andar, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

Advogado do(a) RÉU:

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.

Sendo assim, intime-se a parte autora para, em quinze (15) dias, juntar a guia de custas, consoante §3º, do art. 1º, da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA-GERAL Nº 02/2018, de 28.11.2018, publicada no DJE de 29.11.2018.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0800232-29.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

Nome: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

Endereço: R MARIA FERREIRA LEITE, 50, a, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58059-706

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Edifício Citibank_**, 16 andar, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

Advogado do(a) RÉU:

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.

Sendo assim, intime-se a parte autora para, em quinze (15) dias, juntar a guia de custas, consoante §3º, do art. 1º, da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA-GERAL Nº 02/2018, de 28.11.2018, publicada no DJE de 29.11.2018.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



Petição em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
DO FORUM REGIONAL DE MANBAGEIRA COMARCA DE JOAO PESSOA-PB**

Processo nº 0800232-29.2019.8.15-2003

MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE, já qualificada nos autos da Ação em epígrafe, por seu procurador subscrito, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer e expor:

Requerer a mui respeitosamente MM. Juiz, a juntada do número da guia: das custas sob o nº 200.2019.616128, afim de instruir a Inicial.

Diante do exposto a presente juntada tem o escopo de instruir a presente demanda, pois desta forma será feita a mais Lídima Justiça, requerendo assim o prosseguimento do feito.


Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.



Campina Grande, 13 de Junho de 2019.

GERSON LUCIANO SANTOS NETTO
- Advogado - OAB/PB 24.614



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.8.19.16128/01
			Data de emissão: 13/06/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2019
Número da guia: 200.2019.616128 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,41
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 504,10 - Taxa Judiciária: R\$ 151,88 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 669,33
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Desconto total: R\$ 0,00
866600000065 693309283184 520190630209 081916128010 			Valor final: R\$ 669,33

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.8.19.16128/01
			Data de emissão: 13/06/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2019
Número da guia: 200.2019.616128 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,41
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 504,10 - Taxa Judiciária: R\$ 151,88 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 669,33
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Desconto total: R\$ 0,00
866600000065 693309283184 520190630209 081916128010 			Valor final: R\$ 669,33

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.8.19.16128/01
			Data de emissão: 13/06/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2019
Número da guia: 200.2019.616128 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,41
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 504,10 - Taxa Judiciária: R\$ 151,88 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 669,33
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Desconto total: R\$ 0,00
866600000065 693309283184 520190630209 081916128010 			Valor final: R\$ 669,33





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2019.616128

Data Vencimento: 30/06/2019

Data Emissão: 13/06/2019

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Valor da Causa: R\$ 10.125,00

Despesas Processuais: R\$ 12,00

Custas: R\$ 504,10

Taxa: R\$ 151,88

Total da Guia: R\$ 667,98

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



PROCESSO NÚMERO - 0800232-29.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.

No caso dos autos, o promovente exerce a função de serviços gerais e declarou não possuir condições de arcar com as custas do processo. Em contrapartida, observa-se que as custas iniciais são de R\$ 669,33 (seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade, e somente podem ser afastadas mediante prova inequívoca em contrário, o que inexistiu nos autos. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, nos termos do art. 98, do CPC, defiro a gratuidade judiciária.

O art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese entendimento anterior, na interpretação do texto legal, deve ser observado que a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão de pedido feito no âmbito extrajudicial, apenas rerepresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.



Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Servirá esse despacho como mandado.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



PROCESSO NÚMERO - 0800232-29.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.

No caso dos autos, o promovente exerce a função de serviços gerais e declarou não possuir condições de arcar com as custas do processo. Em contrapartida, observa-se que as custas iniciais são de R\$ 669,33 (seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade, e somente podem ser afastadas mediante prova inequívoca em contrário, o que inexistiu nos autos. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, nos termos do art. 98, do CPC, defiro a gratuidade judiciária.

O art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese entendimento anterior, na interpretação do texto legal, deve ser observado que a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão de pedido feito no âmbito extrajudicial, apenas rerepresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.



Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Servirá esse despacho como mandado.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



PROCESSO NÚMERO - 0800232-29.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MARCOS DOS SANTOS ALEXANDRE

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.

No caso dos autos, o promovente exerce a função de serviços gerais e declarou não possuir condições de arcar com as custas do processo. Em contrapartida, observa-se que as custas iniciais são de R\$ 669,33 (seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade, e somente podem ser afastadas mediante prova inequívoca em contrário, o que inexistiu nos autos. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, nos termos do art. 98, do CPC, defiro a gratuidade judiciária.

O art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese entendimento anterior, na interpretação do texto legal, deve ser observado que a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão de pedido feito no âmbito extrajudicial, apenas rerepresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.



Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Servirá esse despacho como mandado.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

